



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140898 - CE (2021/0002975-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : ISAAC SOUSA DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : MARCELO ALVES DE SOUZA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ISAAC SOUSA DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0636802-08.2020.8.06.0000).

O recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II; e art. 155, § 4º, II, todos do Código Penal.

Sustenta constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, pois encontra-se recolhido por tempo excessivo por única e exclusiva culpa do aparato estatal, uma vez que a demora para realização do exame de insanidade mental implica em submissão do recorrente.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão do recorrente, aplicando, se entender necessário, medidas cautelares alternativas.

No mérito, requer o provimento do recurso para tornar definitiva a liminar postulada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente